



Movimento negro pede cota em intercâmbio científico

Gerardo Magesa/Agência Senado



Frei David Santos, Paulo Paim, Guilherme Melo e José Vicente participam da audiência sobre o Ciência sem Fronteiras

ONG Educafro defendeu no Senado que o Programa Ciência sem Fronteiras, do governo federal, reserve uma parte de suas bolsas para negros; projeto envia universitários e pesquisadores para o exterior

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos do Senado, militantes do movimento negro defenderam que o programa do Ministério da Ciência e Tecnologia reserve uma parte das bolsas de intercâmbio científico para estudantes e pesquisadores

negros. O próprio governo federal se disse favorável a esse tipo de política afirmativa. No momento em que se realizava a audiência, integrantes da ONG Educafro fizeram um protesto em frente ao Palácio do Planalto pedindo a implantação das cotas no Programa Ciência sem Fronteiras. **3**

Senadores querem explicação de Demóstenes 7

Infraero e Anac rebatem críticas pelo caos aéreo 7



Waldemir Barreto/Agência Senado

Deputado Osmar Júnior, Renato Rabelo (presidente do PCdoB), Sarney, Inácio, Vanessa e deputada Luciana Santos

Congresso comemora 90 anos do PCdoB

O Congresso comemorou ontem, em sessão especial, os 90 anos do Partido Comunista do Brasil. Os dois senadores

da sigla, Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda, participaram da homenagem. Sarney lembrou os ideais do partido. **8**

Estudiosos pedem que país lidere proteção marinha 6

Comissão da MP do Fundeb se reúne hoje 2



Reprodução/www.kapona.wordpress.com

Redes lotam embarcações de passageiros para viagens que duram dias

Ações tentam conter a correnteza de acidentes em rios da Amazônia

Frente parlamentar mista e projeto acadêmico para evitar naufrágios visam reduzir o índice de tragédias como o escal-

pelamento de mulheres que, em embarcações sem proteção, enroscam o cabelo no eixo rotatório do motor. **4 e 5**

Lio de Paula/Agência Senado



Collor (C) preside audiência na CRE: militares no Egito, milícias na Líbia

Egito e Líbia têm futuro incerto, dizem especialistas

A queda de Mubarak, no Egito, e de Kadafi, na Líbia, não trouxe estabilidade nem democracia aos países, ressaltaram analistas em audiência ontem. **6**



Senadores Waldemir Moka, Roberto Requião, Alvaro Dias (D) e o deputado Jutahy Magalhães (2º à dir.) compõem o colegiado

Abertura de comissão para analisar MP ficou para hoje

Decisão do STF exige comissão mista do Congresso para analisar a admissibilidade de cada medida provisória. Reunião de instalação, marcada para ontem, não aconteceu por falta de quórum

ESTÁ PREVISTA PARA HOJE a reunião de instalação da comissão mista do Congresso que vai analisar a admissibilidade da Medida Provisória (MP) 562/12 — que destina recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para instituições comunitárias que atuam na educação rural, entre outros fins. O encontro estava marcado para ontem, mas não aconteceu por falta de quórum.

É a primeira vez que uma comissão mista do Congresso será instalada com esse fim depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que todas as MPs devem passar por exame prévio dos requisitos de urgência e relevância, como determina a Constituição.

Com base em resolução do Congresso, os requisitos de urgência e relevância vinham sendo examinados diretamente pelos relatores das medidas provisórias, na Câmara e no Senado. Após a decisão do STF, no entanto, todas as MPs terão de passar pela análise da comissão mista, sob pena de as leis delas decorrentes serem declaradas inconstitucionais.

No dia 7 deste mês, o STF julgou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre a Lei 11.516/07, derivada da MP 366/07, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A lei foi declarada inconstitucional, com determinação de prazo de dois anos para que o Congresso editasse nova lei para garantir a continuidade

da autarquia. O motivo da inconstitucionalidade foi a ausência de análise prévia dos requisitos de admissibilidade pela comissão mista.

No dia seguinte, no entanto, o STF mudou parcialmente sua decisão, diante da perspectiva de que outras centenas de medidas provisórias fossem consideradas inconstitucionais, o que poderia gerar insegurança jurídica. Ao rever o julgamento anterior, o Supremo estabeleceu que somente as novas MPs teriam de ser submetidas à comissão mista.

Até então, as MPs podiam ser apreciadas com base no parecer dos relatores, quando esgotados os 14 dias para apreciação pela comissão mista. Agora, não há prazo definido para a comissão se manifestar.

“Vamos cumprir decisão do STF”, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que as comissões mistas cuja finalidade é analisar as medidas provisórias vão funcionar, como determinou o STF.

— Nós vamos cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal. Constituída a comissão, ela irá se reunir — afirmou o senador.

Sarney também comentou a expectativa para a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/12, que beneficia pessoas com deficiência. A matéria não foi apreciada na sessão deliberativa de quinta-feira e tranca a pauta do Plenário.

— Temos tratado com absoluta boa vontade todas

as medidas que beneficiam pessoas com características especiais.

O PLV 6/12 é decorrente de alterações feitas pela Câmara na MP 550/11, que autoriza os bancos a usarem recursos públicos para conceder financiamentos para aquisição de produtos destinados a pessoas com deficiência.

Segundo Alvaro, PEC sobre servidor foi aprovada em tempo recorde

A aprovação da proposta de emenda à Constituição que garante a aposentadoria integral a servidores públicos afastados por invalidez (PEC 5/12) foi elogiada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) em pronunciamento no Plenário. Ele disse que a PEC 5 foi a que teve aprovação mais rápida no Senado.

A matéria passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário, por unanimidade, em apenas duas semanas. O texto seguiu para promulgação. Alvaro foi relator da proposta, que reconhece o direito para os que ingressaram no serviço público até o dia 31 de dezembro de 2003.

O senador também parabenizou José Serra por ter participado das prévias do PSDB para a escolha do candidato à prefeitura de São Paulo. Serra foi o vencedor.

Requião critica Receita por rejeitar nova dedução no IR

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a posição da Receita Federal sobre o projeto de lei de sua autoria que permite abatimento no Imposto de Renda do salário pago a empregado doméstico. O senador refutou o argumento da Receita Federal de que a lei terá grande impacto nos cofres públicos.

Para o senador, é absurdo que o governo da presidente Dilma Rousseff, que tenta se destacar pelas políticas públicas para as mulheres, seja contra um projeto que permitiria a formalização e, conseqüentemente, melhores condições de trabalho para os empregados domésticos, em sua maioria, do sexo feminino. Para ele, a posição da Receita é a favor da “manutenção da escravidão” dos empregados domésticos no país.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e está sendo analisada pela de Assuntos Econômicos (CAE).

Sancionada lei com incentivos para salas de cinema e setor cafeeiro

A presidente Dilma Rousseff sancionou na sexta-feira a Lei 12.599/11, que cria programa de incentivo às salas de cinema (Recine) e concede benefícios fiscais ao setor cafeeiro, entre outras medidas. O projeto (PLV 3/12), proveniente de alterações na MP 545/11, foi aprovado pelo Senado em 6 de março.

O uso do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) em obras para a Copa e Olimpíadas foi vetado.

Na votação, a oposição reclamou da inclusão, em uma mesma MP, de temas distintos, como cinema, café, agricultura familiar, marinha mercante e Copa do Mundo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Tecnologia para pessoas com deficiência

14h A pauta de votação está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 6/12) proveniente da Medida Provisória 550/11, que tem o objetivo de facilitar financiamentos para a compra de bens e serviços de tecnologia destinados a pessoas com deficiência.

Presidência Reforma política

14h30 O senador José Sarney participa de reunião de líderes para tratar da reforma política e, às 15h, com a bancada do PMDB e o ministro Garibaldi Alves Filho. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Cotas para negros

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, realiza audiência pública para debater o tema “Cotas para negros nos concursos públicos: experiências e novos caminhos”. Entre os convidados, o diretor-geral do Instituto Rio Branco, Georges Lamazière.

CAE Servidores e fusos horários

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina proposta (PLC 2/12) que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. Outro projeto determina a hora legal do Brasil, visando modificar os fusos horários do Acre e de parte do Amazonas.

CCJ Previdência do funcionalismo

11h Projeto que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais também está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CE Classificação de audiovisuais

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte cria a classificação por faixa etária para as atividades audiovisuais. Também na pauta proposta que permite aos estudantes de cooperativas educacionais a participação no Programa Universidade para Todos (Prouni).

CMA Serviços de telecomunicações

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota, entre outros projetos, o que torna obrigatória a organização e a apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

CPI da Mulher Violência em debate

14h Representantes das entidades Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Articulação de Mulheres do Brasil, União Brasileira de Mulheres e Marcha Mundial das Mulheres serão ouvidos pela comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher.

Mercosul Vinhos portugueses

14h Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) para debater proposta que isenta de Imposto de Importação vinhos portugueses. A matéria tem parecer pela rejeição, com indicações de que a aprovação acarrete prejuízos para os produtores brasileiros, além de criar uma situação que pode afetar as relações entre os países do bloco.

CMO Eleição da Mesa

14h30 A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, para eleição da Mesa Diretora do colegiado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ivair dos Santos (UnB), Jorge Guimarães (Capes), frei David Santos (Educafro), senador Paulo Paim, Guilherme Melo (CNPq) e José Vicente (Faculdade Zumbi dos Palmares) participam de audiência no Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Movimento negro pede cota em ação científica

Em audiência no Senado, ONG Educafro defendeu vagas específicas para negros no Ciência Sem Fronteiras, programa que envia universitários e pesquisadores para o exterior

MILITANTES DO MOVIMENTO negro pediram a criação de cotas no Programa Ciência sem Fronteiras, que financia o intercâmbio de universitários e pesquisadores brasileiros no exterior.

O programa foi criado no ano passado pelo governo federal e tem como meta oferecer 75 mil bolsas com verba pública até 2015, além de 26 mil com recursos da iniciativa privada.

— A presidente Dilma Rousseff acertou em cheio quando criou o programa, mas sua equipe técnica errou feio ao não considerar a violenta exclusão que o povo negro sofreu — assinalou o frei David Santos, diretor da ONG Educafro.

Ele participou ontem de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a inclusão dos negros no Ciência sem Fronteiras.

— Não podemos aceitar programas novos com vícios velhos. Uma compreensão equivocada de meritocracia provoca exclusão — acrescentou.

Segundo frei David, há menos negros nas universidades brasileiras do que havia nas universidades da África do Sul durante o *apartheid*.

Ao mesmo tempo em que a audiência era realizada no Senado, um grupo de inte-

grantes da Educafro realizava uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto contra a ausência de cotas no programa. Eles ameaçavam entrar em greve de fome.

A inclusão de cotas nesse programa foi defendida inclusive por membros do governo, como Mário Theodoro, secretário executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão vinculado à Presidência da República.

Theodoro argumentou que as cotas não prejudicam o caráter meritocrático da seleção de bolsistas, desde que se exijam requisitos mínimos dos candidatos beneficiados.

— É como nas cotas em vestibulares, quando se beneficiam apenas aqueles que tiveram desempenho acima da nota de corte — exemplificou.

De acordo com Guilherme Sales Melo, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estudos sobre os alunos que entraram na universidade por meio de cotas indicam que eles têm um rendimento escolar semelhante ao de seus colegas — “e muitas vezes têm um rendimento até superior”.

A audiência foi conduzida por Paulo Paim. (PT-RS). Também participou da reunião José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo.



Militantes da Educafro protestam diante do Palácio do Planalto: grupo quer cota em programa de intercâmbio no exterior

Arthur Moreira/Agência Senado

“É preciso ir além das bolsas”, afirma ativista

O coordenador do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília (UnB), Ivair dos Santos, defendeu cotas no Ciência Sem Fronteiras. No entanto, alertou para a necessidade de investimentos que vão além das bolsas.

— Também é preciso acompanhar e monitorar [os bolsistas]. Os estudantes negros são muito pobres e os que chegam à faculdade sofrem com a falta de recursos. São necessários mais investimentos [no programa].

Segundo ele, os principais programas de incentivos para mestrado e doutorado para a população negra do Brasil são das fundações privadas Carlos Chagas e Ford.

Santos sugeriu um encontro com os ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, para discutir a questão. Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos, disse que poderá participar.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, também se mostrou favorável às cotas.

Ele declarou que, apesar das dificuldades, “há um alento, porque o Ciência Sem Fronteiras não vai parar pelos próximos quatro anos, pelo menos”.

— Seja porque o programa tem uma boa receptividade nacional e mundial, seja porque o orçamento de 2015 será feito pelo atual governo.

Randolfe quer órgão arrecadador de direitos autorais fiscalizado por instância pública



Pedro Franqui/Agência Senado

Para Randolfe, a lei de direitos autorais precisa ser modificada

O sistema de funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) precisa ser respaldado e fiscalizado por uma instância pública, defendeu Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), após audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

O senador preside a CPI do Ecad, que investiga supostas irregularidades na arrecadação e distribuição dos recursos de direito autoral de produções ar-

tísticas musicais e denúncias de abuso econômico e da prática de cartel. Segundo Randolfe, o depoimento da autora do livro *O Outro Lado do Ecad*, Sandra Véspoli, trouxe “informações valiosas” para a CPI. A escritora, que trabalhou no órgão entre 1977 e 1999, acusa o Ecad de não trabalhar com transparência e de perseguir a ela e ao editor do livro.

O gerente de Relações Institucionais do Ecad, Márcio do

Val, disse que Sandra usa argumentos “ultrapassados” e que o escritório sofreu “profunda reformulação” nos anos 1990.

Randolfe e Lídice da Mata (PSB-BA) questionaram a cobrança indevida de direitos autorais de *blogs* (por *links* para vídeos do YouTube, que já paga o Ecad).

— A conclusão da audiência corrobora a impressão de que a Lei de Direitos Autorais precisa ser modificada — afirmou

Randolfe. Márcio do Val concordou que “a lei sempre pode ser aprimorada”.

— O Ecad não tem problema com qualquer tipo de supervisão, desde que técnica, sem viés político. Isso vai, inclusive, referendar nossa atuação — disse.

A CPI — que tem até 31 de maio concluir os trabalhos — recebeu, para usar como subsídio, uma cópia do relatório final de comissão da Alesp também sobre o Ecad.

Brasil soma esforços para aumentar segurança nas águas da Amazônia

Frente parlamentar mista e trabalho acadêmico para criar dispositivo barato contra naufrágios são duas ações simultâneas que têm o objetivo de reduzir o número de acidentes nos rios da região, onde menos de 10% das embarcações são regularizadas

Marcio Maturana

OS RIOS DA Amazônia, com 18,3 mil quilômetros de vias navegáveis, transportam 1,2 milhão de pessoas por mês. É uma multidão que ocuparia o 14º lugar na lista de municípios mais populosos do Brasil, à frente de Campinas (SP). Apesar disso, estima-se que menos de 10% do cerca de 1 milhão de embarcações da região tenham licença na Capitania dos Portos. Resultado: a precariedade e a hiperlotação fazem vítimas frequentes, tanto em naufrágios quanto em acidentes como os escarpamentos, quando o couro cabeludo das mulheres é arrancado por um eixo rotativo das embarcações.

Dois novidades pretendem melhorar esse cenário. Uma é a Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Navegação Fluvial na Amazônia, que dia 13 foi reinstalada pelo Congresso, com a participação de seis senadores e 215 deputados. Outra é que ainda neste semestre será concluída pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam), com o objetivo de dar mais segurança às embarcações. O transporte fluvial é a principal via de deslocamento nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Pará.



Do porto de Manaus saem as principais linhas de passageiros da Bacia Amazônica, cheias de redes para dormir porque as viagens geralmente duram dias. É comum as embarcações também levarem mercadorias

— A frente parlamentar é muito importante porque, na Amazônia, as estradas são os rios. Infelizmente, mais de 60% da produção da região ainda é transportada sobre rodas, encarecendo tudo. Precisamos investir isso, mas o governo tem investido no sistema rodoviário em detrimento do hidroviário — disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Além de Flexa, participam da frente os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Inácio Arruda (PCdoB-CE), João Capiberibe (PSB-AP), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Lídice da Mata (PSB-BA). A presidente é a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), que pretende definir um calendário de

ações até a semana que vem.

— Serão criados grupos de trabalho, e um dos principais objetivos é garantir a segurança, provocando a presença do Estado brasileiro no apoio a esse modal de transporte — afirmou Janete.

Ela explica que, nas centenas de pequenos estaleiros ao longo da malha hidroviária, as embarcações são fabricadas de acordo com o conhecimento centenário da população, muitas vezes passado de pai para filho, sem cursos de engenharia ou arquitetura naval.

— Enquanto nas metrópoles carros e até bicicletas são aprimorados com investimentos em pesquisa, os carpinteiros navais da

Amazônia continuam trabalhando sem agregar conhecimento mais moderno e sem subsídios para construção. Muitos usam motores que seriam para ralar mandioca — disse.

Janete defende a instalação de escola de carpintaria naval e linha de crédito para novas embarcações, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, que, até o fim de 2014, deve acumular R\$ 30 bilhões.

Simple e barato

O trabalho desenvolvido pelo Ifam tem a preocupação de possibilitar a redução do risco de naufrágio sem dificultar a construção das embarcações, para que

a novidade possa ser amplamente disseminada. O professor Flávio José Aguiar Soares, que coordena a pesquisa, explica que o projeto tem duas vertentes: um dispositivo que aumenta em 60% a estabilidade da embarcação e um sensor eletrônico que verifica em tempo real a oscilação do barco.

— A estabilidade transversal será melhorada por um sistema de baixo custo e fácil de instalar, para não ficar só na teoria. Simplificando, é como um tanque com água. Embarcações de grande porte têm solução semelhante, só que mais sofisticada e cara. Já o sensor exibe os resultados em um *display*. Se o barco oscila

na frequência de ressonância, o comandante fica sabendo.

Segundo Soares, outra causa de naufrágios na Amazônia é o choque dos cascos das embarcações, geralmente construídos de madeira, com troncos submersos. Ele e sua equipe, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), basearam-se em linhas de veículos que naufragaram para construir barcos em pequena escala que foram utilizados em plataforma de teste. Avaliaram o comportamento dos modelos em situações instáveis, como uma forte correnteza ou excesso de peso.

Na maior tragédia, mais de 300 mortes

Excesso de passageiros, falta de habilitação dos condutores, más condições das embarcações e precariedade na sinalização dos rios são as principais causas dos naufrágios na Amazônia. As mortes são facilitadas, em geral, pelo número insuficiente de coletes ou a inexistência deles.

A maior tragédia aconteceu em janeiro de 1981, quando mais de 300 pessoas morreram no naufrágio do barco Novo Amapá na foz do rio Cajari, perto do município de Monte Dourado (PA). Na Capitania dos Portos, estavam registrados 146 passageiros. Mas a embarcação levava cerca de 650 pessoas e quase 1 tonelada de carga comercial. A capacidade máxima era de 400 passageiros e meia tonelada.

De 2005 a 2010, o número de acidentes nos rios da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) aumentou 47%, segundo a capitania fluvial. Foram registrados 295 acidentes, com cerca de 200 mortes, principalmente em naufrágios.

Fiscalização

O monitoramento das embarcações na Amazônia cabe à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Capitania dos Portos, de nível federal. Mas a estrutura dos dois órgãos, tanto em equipamento quanto em número de funcionários, é insuficiente para fiscalizar mais de 3,8 milhões de quilômetros quadrados, com milhares de embarcações clandestinas levando passageiros e mercadorias em complexa geografia de rios, lagos, igarapés e furos (ligação natural entre rios) que se modificam nas cheias.

Além do aumento de recursos, os avanços podem ser possibilitados pelo conhecimento mais detalhado possível da realidade. Mês passado, a Antaq divulgou estudo feito em parceria com a Universidade Federal do Pará (Ufpa) sobre o transporte fluvial de passageiros na região.

— Essas informações serão importantes para o Ministério dos Transportes, para a Casa Civil e para outros órgãos pensarem as políticas públicas em benefício dessas pessoas — disse o superintendente de Navegação Interior da Antaq, Adalberto Tokarski.

Mulheres mutiladas em escarpamento

Couro cabeludo arranca violentamente, muitas vezes levando orelhas, sobrancelhas e parte da pele do rosto e do pescoço. Esse é o escarpamento, que acontece quando o cabelo se enrola no eixo rotativo do motor de pequenos barcos, bastante usado pelas populações ribeirinhas desde 1960 porque é barato e consome pouco diesel. Há registros de 294 mutilações desse tipo na Amazônia.

— Só no meu estado, Amapá, há 107 vítimas de acidente com o eixo rotativo. São cem mulheres sem o couro cabeludo e sete homens que perderam o órgão genital —

disse Janete Capiberibe. Ela é autora do projeto que originou a Lei 11.970/09, obrigando a cobertura do eixo, do motor e das partes móveis. A deputada comemora que no ano seguinte à sanção da lei já não foi registrado nenhum acidente desse tipo no Amapá. A cirurgia plástica reparadora tem um custo completamente fora da realidade econômica das vítimas de escarpamento. — Mês passado, fizemos avaliação em 86 das 107 vítimas do Amapá. Levamos todas à capital, Macapá, em parceria com o governo do estado e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica — relatou.

As análises médicas serviram de base para um mutirão de cirurgias que deve ocorrer até junho. Além disso, a Marinha tem feito campanhas de prevenção e cobertura do eixo. Em 2010, foram feitas mil coberturas.

Na audiência de relançamento da frente parlamentar, a presidente da Associação das Vítimas de Acidente de Escarpamento, Rosinete Serrão, falou sobre o trauma psicológico das vítimas.

— Muitas delas se afastam da família e da escola e têm dificuldades em aceitar a realidade. Sem falar que sofrem discriminação da sociedade — contou Rosinete.



Vítimas de escarpamento fundaram uma associação para obter apoio médico, psicológico e jurídico

Problemas também nas barcas Rio-Niterói

O mais movimentado transporte hidroviário do Brasil fica bem longe da Amazônia em distância e em características. Absolutamente urbanas, as barcas Rio-Niterói ocuparam as manchetes devido a protestos populares contra o aumento de 60% no valor das passagens — de R\$ 2,80 para R\$ 4,50 —, apesar de o serviço ser alvo frequente de reclamações por causa de atrasos, superlotação das estações, ineficiência na circulação de ar, longas filas, choque entre embarcações, batidas nos locais de atracação e barcas à deriva na baía. O trajeto, no entanto, tem apenas 5 quilômetros de extensão.

A concessionária que em 1998 ganhou a licitação para assumir o serviço durante 25 anos renováveis, chamada Barcas S/A, opera outras quatro linhas hidroviárias no estado do Rio: Praça XV-Paquetá, Praça XV-Charitas, Angra dos Reis-Ilha Grande, Mangaratiba-Ilha Grande e Rio de Janeiro-Cocotá. Em 2009, a CPI das Barcas, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, responsabilizou a empresa pelos problemas e apresentou 50 determinações. Apenas quatro, entretanto, foram implementadas.

Saiba mais

Lei 9.537/97 (segurança do tráfego aquaviário)
<http://bit.ly/Lei9537>

Slides sobre transporte fluvial na Amazônia (pesquisa UFPA/Antaq, fevereiro de 2012)
<http://bit.ly/transporteFluvial>



Cartilha sobre direitos e deveres dos passageiros
<http://bit.ly/cartilhaPassageiros>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
www.antaq.gov.br

Superintendência da Segurança do Tráfego Aquaviário (órgão da Marinha)
www.dpc.mar.mil.br

Confira outras edições do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Navegação na maior bacia hidrográfica do mundo

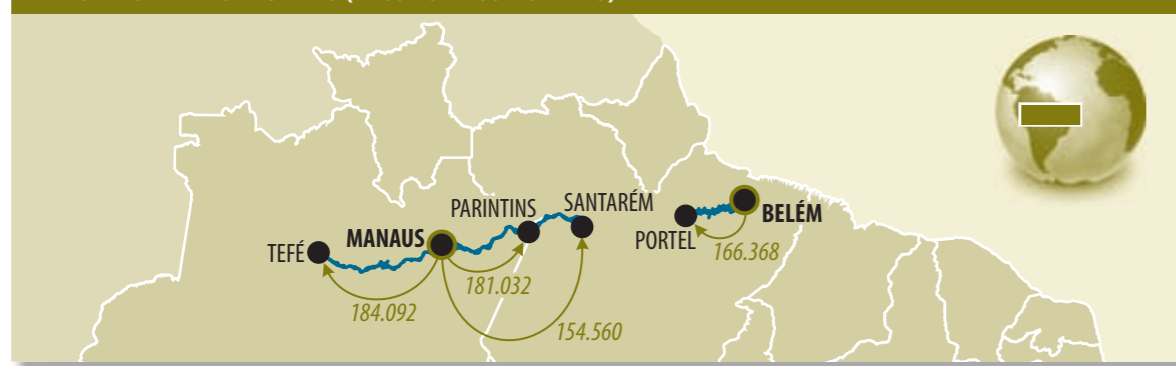
CORRENTEZA DE NÚMEROS

1.210.478 passageiros por mês	14,5 milhões de passageiros por ano	420 embarcações prestando serviços regulares	222 linhas de navegação exploradas	106 terminais cadastrados
----------------------------------	--	---	---------------------------------------	------------------------------

INSATISFAÇÃO DOS PASSAGEIROS

81%	desaprovam as salas de embarque
72%	acham ruins as áreas para os estacionamentos de veículos
65%	não aprovam os acessos aos terminais

PRINCIPAIS LINHAS FLUVIAIS (PASSAGEIROS POR ANO)



Fonte: Antaq/UFPA



Entre os senadores Flexa Ribeiro e João Capiberibe, a deputada federal Janete reabre os trabalhos da frente parlamentar mista

Participantes de debate na CRE destacaram que há hoje grande disputa política no Oriente Médio; enquanto no Egito nomes ligados a Mubarak estão em evidência, na Líbia, a situação é “caótica”

Mudanças no Egito e na Líbia devem ser brandas

O QUADRO POLÍTICO no Egito e na Líbia está distante das mudanças profundas esperadas para a região após a eclosão do movimento conhecido como Primavera Árabe, segundo os participantes de audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Fizeram parte do momento político a queda do presidente egípcio Hosni Mubarak, há pouco mais de um ano, e a deposição do líder líbio Muammar Kadafi, há sete meses.

O professor Salem Nasser, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV), observou que, a cada revolução na região, segue-se uma contrarrevolução. Após a queda de Mubarak, recordou, assumiu uma junta militar que permanece no poder até hoje. Em sua opinião, mais do que democracia e direitos humanos, a disputa pelo poder na região é a principal chave para a compreensão do atual Oriente Médio.

O professor Hussein Ali Kalout, do Centro Universitário Iesb, de Brasília, classificou a Primavera Árabe como o quinto momento histórico do processo político do Oriente Médio — após a era do califato, a etapa do domínio otomano, o período de domínio franco-britânico e a época da Guerra Fria. A seu ver, o movimento que se espalhou pela região não levará necessariamente à construção de estados democráticos ao estilo ocidental.

A Irmandade Muçulmana, apontada como principal movimento político de hoje no Egito, poderá se desintegrar em vários movimentos islâmicos distintos, previu o professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois da “enorme repressão” ao movimento nos anos 1990, recordou, os militantes tentaram construir uma nova base social

para suas ideias, saindo das classes médias para as classes populares e mudando o foco de atuação para ações como a criação de grupos de leitura nas mesquitas.

— A partir de então, há centenas de projetos competindo e uma pressão enorme dentro da Irmandade Muçulmana. Vai haver uma fragmentação nos movimentos islâmicos — afirmou Rocha Pinto.

O professor Mohamed Habib, da Universidade de Campinas (Unicamp), ressaltou que os principais candidatos às eleições presidenciais de maio, no Egito, foram ligados ao regime de Mubarak. Amr Moussa, o mais cotado, foi ministro das Relações Exteriores de 1991 a 2001.

—O Egito tem optado por um

processo político muito lento. Mas, quem sabe algum dia acontecem mudanças?

Na Líbia, prosseguiu, depois da queda de Kadafi, há um “caos total”: as milícias armadas estão fora de controle, e tribos do leste, onde se encontram grandes jazidas de petróleo, buscam autonomia para suas regiões.

A necessidade de construção de uma nova unidade líbia foi ressaltada pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL). O senador também destacou que, no processo de elaboração da nova Constituição egípcia, terão que ser tomadas decisões importantes, como a de adotar ou não um Estado laico e a de definir o futuro papel das Forças Armadas.



Fernando Collor (C) preside audiência sobre o Oriente Médio na CRE



Ao lado de Sylvia Earle (C), Sarney participa da reunião com parlamentares

Para ambientalistas, Brasil tem que liderar a proteção marinha

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a ambientalista e oceanógrafa norte-americana Sylvia Earle, que pediu uma mudança de atitude do Brasil em relação à preservação dos mares. A pesquisadora advertiu que o país precisa assumir a liderança nesse processo. Ela participou, no sábado, do Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus.

Com quase seis décadas de pesquisas, Earle foi a primeira mulher a comandar um grupo de “aquanautas”, que viveu durante duas semanas a 15 metros de profundidade, e foi o primeiro ser humano a mergulhar a 380 metros usando apenas um traje especial.

— O Brasil possui um extenso litoral, o que representa grandes oportunidades, mas também grandes responsabilidades — disse Earle.

Diretor do Programa Marinho da Conservação Internacional, Guilherme Dutra também alertou sobre a preservação do mar. Segundo ele, menos de 2% do litoral brasileiro é preservado.

Sarney admitiu que é preciso mudar esse cenário.

— Precisamos sensibilizar a população, o governo e o próprio Congresso Nacional — assinalou.

Ana Amélia (PP-RS) concordou com Sarney e afirmou que é preciso despertar entre os brasileiros a importância do cuidado com a água.

Roberto Klabin, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, também pediu mais discussão no Congresso sobre a preservação da biodiversidade marinha e afirmou que a exploração do pré-sal passa também pela discussão dos aspectos ambientais.

Viana cita obras necessárias para evitar novas enchentes no Acre

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou ontem os esforços dos governos estadual e municipais para reconstruir as áreas alagadas pela cheia do rio Acre, que, em fevereiro, desabrigou milhares de pessoas em Rio Branco e outros municípios acrianos.

Ele citou diversas obras de infraestrutura que precisam ser feitas para evitar tragédias semelhantes, como melhorias na urbanização e transferência de escolas e hospitais de áreas vulneráveis. Para o senador, é importante que o episódio deixe um legado.

— Quem vive às margens de um rio tem de respeitar a força da natureza e buscar o



Senador afirma que é preciso respeitar a força da natureza

equilíbrio entre a ocupação urbana e as intempéries da natureza — alertou.

Viana disse ter participado de reuniões com moradores das regiões atingidas pela enchente para discutir a ocupação às margens do rio.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores pedem a Demóstenes Torres que esclareça ligação com Carlinhos Cachoeira

Senadores pediram ontem a Demóstenes Torres (GO), o líder do DEM, esclarecimentos para as novas denúncias sobre seu envolvimento com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso pela Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, acusado de comandar a exploração de caça-níqueis. Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que o caso “é grave” e que o Senado não pode se omitir.

— Não podemos tapar o sol com a peneira. Esta casa da Federação não terá moral para notificar, convidar, intimar qualquer cidadão a depor em suas comissões se não ouvirmos os esclarecimentos do senador Demóstenes — afirmou.

Para Jorge Viana (PT-AC), a situação “tem se agravado fortemente”.

— É lamentável, porque Demóstenes é uma pessoa que conquistou o respeito de uma parcela muito grande do nosso país, por sua atuação parlamentar — disse.

Alvaro Dias (PSDB-PR) argumentou que Demóstenes não pode ser condenado sem provas, mas concordou que é necessária uma investigação.

A revista *Carta Capital* desta semana acusa o senador de receber recursos do esquema de jogos ilegais de Cachoeira. Segundo o jornal *O Globo*, o líder do DEM teria pedido dinheiro ao contraventor. Semanas atrás, foi acusado de receber presentes e trocar cerca de 300 telefonemas com Cachoeira, segundo a Polícia Federal. Pedro Taques lembrou ter dito ao colega que a denúncia merece esclarecimento.

— Não se apresenta como razoável que um senador da República possa trocar este número de telefonemas com cidadãos voltados para a prática do crime. Não se afigura como razoável que um senador da República possa se utilizar de telefones habilitados em Miami. Não se afigura que um senador possa se valer de expediente outros para conversar com cidadãos voltados à prática do crime — afirmou.

Taques afirmou ainda que toda a nação brasileira está aguardando uma resposta do Senado. Ele perguntou até quando o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, irá protelar a instauração de inquérito judicial.

— Nós não podemos aguardar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ex-integrante do Ministério Público, como Demóstenes, Taques diz que “o caso é grave”

Eu vou tomar minhas providências. Convido os senadores a tomar responsabilidade de suas ações — afirmou.

Ana Amélia (PP-RS) também cobrou explicações e pediu investigações sobre os esquemas de Cachoeira.

Na Câmara, o deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) apresentou requerimento pedindo a criação da CPI dos Caça-Níqueis. A Mesa da Câmara analisará a proposta.

Na semana passada, o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), apresentou à Procuradoria-Geral da República pedido de informações sobre parlamentares que possam estar envolvidos com Cachoeira. Taques e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediram ao presidente do Senado, José Sarney, que fizesse a mesma solicitação.

Investigação

No início do mês, Demóstenes negou ter cometido irregularidade. O senador disse que não é investigado pela prática de ilícito e exigiu uma investigação sobre si mesmo. Em apertes, 44 senadores prestaram solidariedade.

— Dei um voto de confiança e venho solicitar que ele volte à tribuna em respeito não à minha pessoa, mas aos brasileiros que o admiram, à opinião pública nacional e a este Plenário — acrescentou Jorge Viana.

Na sexta-feira, Demóstenes Torres escreveu em seu Twitter: “De todos os absurdos publicados contra mim, os mais danosos estão no *site* da *Carta Capital*”.

Vanessa defende criminalização do uso de arma de eletrochoque

Ao citar o segundo caso de morte devido ao uso de arma de eletrochoque em menos de um mês, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ontem que o Senado dê agilidade à tramitação de seu projeto para criminalizar o uso do equipamento (PLS 51/12). A proposta, apresentada em 14 de março, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O primeiro caso, dia 18, foi de um estudante brasileiro que supostamente teria roubado um pacote de biscoitos na Austrália. Domingo, um morador de Florianópolis, envolvido em uma briga

familiar e que ameaçava se suicidar, morreu ao ser atingido pela descarga de uma arma de choque disparada por um policial militar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora apresentou projeto para criminalizar o uso do equipamento

Em audiência da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, representantes dos órgãos respondem a críticas dizendo que responsabilidades devem ser compartilhadas

Para Infraero e Anac, caos aéreo também é culpa das companhias

CONCENTRAÇÃO DE ROTAS em poucos aeroportos, tarifas elevadas para táxis aéreos, falta de estrutura regulatória e inconsistência nos controles de segurança. Essas foram algumas críticas feitas ontem à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) durante audiência na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. Os representantes dos órgãos atribuíram grande parte dos problemas ao crescimento surpreendente do tráfego aéreo e à política comercial das grandes empresas aéreas. A subcomissão é vinculada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo estudos apresentados por Cláudio Jorge Pinto Alves, professor do Departamento de Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), as pesquisas no setor foram incapazes de prever em 2010 e 2011 um crescimento tão elevado no tráfego aéreo, o que, segundo admitiu, impõe um grande desafio à Infraero. O professor afirmou ser necessário dar condições para sustentar esse crescimento de

modo a evitar novo caos aéreo, mas explicou que a expansão de aeroportos existentes não é uma solução por si, pois é preciso considerar a integração do sistema do aeroporto com outros subsistemas. Uma saída, segundo ele, é o incentivo à aviação regional, estimulando a exploração de linhas que não interessem às empresas maiores.

Rui Thomaz de Aquino, membro do Conselho Internacional de Aviação Executiva (Ibac), concordou com o representante do ITA, chamando a atenção do governo para a redução verificada no número de cidades atendidas por linhas regulares. É preciso, em sua opinião, discutir o aumento da integração dos aeroportos com outros meios de transporte. Ele explicou que somente em Porto Alegre há uma proximidade do aeroporto com o ramal ferroviário. Aquino reclamou da falta de legislação para a operação privada de aeroportos, o que tem desestimulado o setor, e criticou o rigor nos controles de segurança em grandes aeroportos contrastando com a “segurança zero” dos pequenos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vicentinho (C) coordena debate com Fábio Rabbani e Luiz Miyada: tráfego maior que o esperado

Piloto critica a falta de espaço e as tarifas para operação de táxis aéreos

José Henrique Gracioso Moraes, empresário da aviação civil e piloto comercial, reclamou da falta de espaço nos aeroportos e da arbitrariedade no estabelecimento de tarifas para a operação de táxis aéreos. Segundo ele, nenhuma empresa consegue arcar com tarifas tão elevadas, o que tem provocado operações clandestinas. Outro alvo de Moraes é a precariedade do atendimento da Anac nos aeroportos.

Fábio Faizi Rahnemay Rabbani, superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Anac, destacou o foco da agência no trabalho de verificação de entraves à malha aeroviária e na administração da fase de transição nos aeródromos — gradativamente adota-se o sistema de concessão. Para Rabbani, a segurança e a capacitação do pessoal têm de estar sempre no topo das preocupações. O aeroporto, em seu ponto de vista, tem que ser fator de desenvolvimento para a região, não

um empecilho, mas criticou a falta de controle da ocupação do entorno.

Luiz Kazumi Miyada, assessor da Diretoria de Aeroportos da Infraero, lamentou que a empresa seja “coletora da chicotada” pelas falhas em 186 aeroportos quando apenas 66 estão sob sua responsabilidade. Miyada assegura que chega um novo ciclo de construção de aeroportos, no qual a responsabilidade é dividida e a da Infraero não pode ser generalizada.

Respondendo a questões apresentadas pelo presidente da subcomissão, Vicentinho Alves (PR-TO), Miyada afirmou que a Infraero luta pelo aproveitamento racional dos recursos aeroportuários, mas tem autoridade limitada para gerir horários de voos e otimizar a malha aeroviária. Rabbani comentou que as companhias aéreas têm liberdade para isso. Vicentinho propôs, então, a criação de uma legislação que regule essas questões.

Cícero defende distribuição gratuita de uniforme escolar

Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu aos deputados mais agilidade na apreciação do projeto de sua autoria que institui a obrigatoriedade do uso, nas escolas públicas, de uniforme estudantil padronizado e distribuído gratuitamente.

— Cada aluno da educação básica, da pré-escola ao ensino médio, receberá gratuitamente, por ano, dois conjuntos de vestuário padronizado, incluídos os calçados, fornecidos pelo governo estadual ou municipal. É uma forma de inclusão social — argumentou.

O PLS 145/07 foi aprovado pelo Senado e seguiu para apreciação da Câmara, onde está numerado como PL 2.728/07. Atualmente, tramita na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa, sob a relatoria do deputado Audifax Barcelos (PSB-ES).

Cícero disse que implantou instrumento semelhante durante seu mandato de prefeito de João Pessoa.

— Consegui que milhares de alunos carentes do município pudessem ir à escola com fardamento e calçados — lembrou o senador.



Cícero Lucena pede que os deputados aprovem projeto de sua autoria

Ivone Dantas homenageia PMDB por seu aniversário

Ao homenagear o PMDB pelos 46 anos comemorados em 24 de março, Ivone Dantas (RN) destacou o “papel decisivo” de seu partido na luta contra a ditadura, no movimento Diretas Já, na Constituinte e na redemocratização do país, com o então presidente da República, José Sarney. A senadora destacou os nomes dos peemedebistas Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Michel Temer, Franco Montoro, Paulo Brossard, Garibaldi Alves Filho, Odilon Ribeiro Coutinho e Roberto Furtado.



Ivone destaca importância do partido para a história do país



Integrante do PCdoB, senador Inácio Arruda discursa na tribuna do Senado: sessão comemorou aniversário do partido

Nos 90 anos do PCdoB, Sarney cita ideal de justiça

Congresso realizou sessão de homenagem ao partido; senadores, deputados e ministros lembraram período em que os comunistas viveram na clandestinidade e destacaram luta pela igualdade social

NA SESSÃO DO Congresso Nacional pelos 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ontem, o presidente do Senado, José Sarney, homenageou os antigos membros do partido, que “desapareceram e tiveram um grande ideal”, e os atuais integrantes, que mantêm os ideais de “melhoria do país”.

No discurso, Sarney disse que, quando assumiu a Presidência da República, em 1985, após a ditadura militar, a primeira coisa que fez para se legitimar diante do país foi mostrar que havia espaço para todas as correntes ideológicas: o PCdoB foi reabilitado na vida política.

— Recebi no Palácio do Planalto a bancada de 11 deputados. A presença das lideranças comunistas era mais forte do que qualquer medida legal. Encerramos com uma fotografia a questão da legalização dos partidos clandestinos — afirmou.

Cárcere e exílio

Sarney disse que até hoje admira os princípios comunistas. Identifica neles “uma ideia generosa de igualdade entre os homens que se aproxima da justiça social”.

Sigla nasceu no RJ e atuou no Araguaia

Baseado nos princípios do marxismo-leninismo, o PCdoB foi fundado em março de 1922, em Niterói (RJ). Nasceu como Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Da fundação participaram barbeiros, jornalistas, eletricitistas, alfaiates, sapateiros e outros representantes dos trabalhadores urbanos.

Em 1962, após um período de cisão, foi reorganizado em São Paulo, dessa vez rompido com a Internacional Comu-

— A história do PCdoB é longa e rica de valores, sacrifícios e heroísmos — disse o presidente do Senado.

Além de Sarney, compuseram a Mesa a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que copresidiu a sessão; o presidente do PCdoB, Renato Rabelo; os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); os deputados Osmar Júnior (PCdoB-PI) e Luciana Santos (PCdoB-PE); e os ministros Aldo Rebelo (Esporte), Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Edison Lobão (Minas e Energia).

A deputada Rose de Freitas disse que a evolução do partido foi acidentada — o PCdoB foi perseguido pelos governos ao longo de décadas, com muitos de seus integrantes encarcerados e exilados.

Na mesma linha, o ministro Aldo Rebelo lembrou o elevado tributo que o partido pagou “pelo seu apreço à liberdade, pela sua fidelidade às lutas pelas transformações sociais e pela sua lealdade aos interesses legítimos da construção de um país soberano e livre”.

Na avaliação da ministra Ideli, o Brasil tem muitos

compromissos com o PCdoB. O principal deles, segundo ela, é a localização dos corpos dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, na década de 1970.

Ana Amélia (PP-RS) recordou que, quando José Sarney recebeu os líderes comunistas em 1985, encerrou-se um período difícil da vida nacional. Ali, assinalou a parlamentar, consolidava-se a redemocratização do Brasil.

Melhores causas

Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou que o PCdoB é a mais antiga agremiação política em atividade no Brasil.

Lídice da Mata (PSB-BA) disse esperar que o PCdoB continue a ter grande participação na vida política nacional.

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou a “dedicação insuperável do PCdoB às melhores causas do país”, como a distribuição de renda e a reforma agrária.

De acordo com Valdir Raupp (PMDB-RO), mesmo que não se concorde com a ideologia do PCdoB, é preciso reconhecer que sua atuação enriqueceu a política do Brasil.

enfrentar a ditadura entraram em confronto com agentes do Estado. Até hoje não se sabe o saldo de mortos — muitos dos corpos nunca foram encontrados. Com o fim da ditadura, o PCdoB alcançou definitivamente a legalidade.

Hoje, sob o lema “Um Brasil socialista, um país verdadeiramente democrático e soberano”, tem dois senadores, 14 deputados federais, 18 estaduais, 42 prefeitos e 608 vereadores. O partido faz parte da base do governo.

“Nossas fronteiras estão escancaradas”, alerta Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que é preciso garantir melhores condições de vida aos brasileiros que vivem nas fronteiras antes de pensar na defesa dessas regiões.

— É querer que as pessoas fiquem entregues à própria sorte e mesmo assim defendam o Brasil — afirmou ele, presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da CRE.

Para Mozarildo, o Brasil continua como na época da Colônia, “de frente para o mar e de costas para o interior”, já que os municípios da fronteira estão entre os mais pobres.

— O grosso dos investimentos é localizado numa faixa de 300 quilômetros a partir do litoral. O resto é negligenciado. É justamente por lá que entram armas, drogas e saem de lá nossas riquezas. Nossas fronteiras estão escancaradas.

O senador defendeu a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento e Defesa das Fronteiras, que deverá levar em conta o 1º Encontro das Cidades das Regiões Fronteiriças, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos.



Mozarildo pede investimentos da União e dos estados nas fronteiras

Paulo Paim destaca aniversário de 240 anos de Porto Alegre

Paulo Paim (PT-RS) saudou os 240 anos de Porto Alegre, comemorados ontem, e disse que a capital gaúcha, hoje com 1,5 milhão de habitantes, reúne imigrantes de todas as partes do mundo, como portugueses, alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses.

— A capital dos pampas é um mosaico de faces, origens étnicas, religiosas e linguísticas. Uma cidade cosmopolita e multicultural, onde a troca de experiências contribui para o fortalecimento do reconhecimento político das diferenças — afirmou Paim, que declamou um poema do gaúcho Mario Quintana.

Paim citou o Mercado Municipal como ponto de referência por reunir diariamente e sem distinção pessoas de todas as classes sociais.